

REPATRIAÇÃO DOS ARQUIVOS OU REUNIFICAÇÃO VIRTUAL? O CASO DOS FUNDOS CONVENTUAIS MADEIRENSES DISPERSOS ENTRE O ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO E O ARQUIVO REGIONAL E BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA

L. S. Ascensão de Macedo¹

¹Universidade de Coimbra, <http://orcid.org/0000-0001-7251-7314>, laureano.macedo@student.fl.uc.pt

Resumo: O presente artigo efetua uma aproximação ao problema de repatriação intranacional dos arquivos madeirenses que se conservam no Arquivo Nacional Torre do Tombo ao Governo Regional da Madeira, por motivo da Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro. Efetua-se uma contextualização do tema quer do ponto de vista terminológico quer da literatura científica específica de âmbito internacional. Metodologicamente propõe-se, sob a perspetiva da fronsese organizacional, uma análise documental aos processos de expatriação e uma análise de conteúdo aos instrumentos de pesquisa, tendo como estudo de caso um fundo conventual feminino. Os resultados demonstram que o percurso custodial dos arquivos madeirenses expatriados derivam de ações de centralização *ope legis* e o acesso à informação em sistemas de informação pretéritos dependem das políticas de descrição adotadas pelos organismos custodiantes para os seus instrumentos de pesquisa. Conclui-se com breves considerações sobre as possibilidades e as limitações éticas, tecnológicas, organizacionais e políticas da reunificação digital em contexto de acesso aberto face à repatriação física de arquivos à comunidade de origem.

Palavras-chave: acesso aberto à informação, instrumentos de pesquisa, arquivos expatriados, reunificação virtual, fundos madeirenses.

Abstract: This article presents the problem of intranational repatriation of Madeiran archives owned by the National Archives “Torre do Tombo” to the Regional Government of Madeira. We propose a contextualization of the theme done both from the Portuguese terminology and from the international scientific literature. From the methodological point of view, it is proposed, from the perspective of the phronetic organizational research, a documentary analysis to the expatriation processes and a content analysis to the finding aids, using as a case study a madeiran conventual fond. The results demonstrate that the chain of custody of the Madeiran archives derives from centralization by virtue of the national laws and the access to information in archives depends on the description policies adopted for their finding aids by the custodial institutions. It concludes with a brief consideration on the possibilities and the ethical, technological, organizational and political limitations of digital reunification in an open access context in the face of the archives’ physical repatriation to the community of origin.

Keywords: open access, finding aids, displaced archives, virtual reunification, madeiran holdings.

INTRODUÇÃO

A Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro, recomendou ao Governo da República para que tome as diligências necessárias para “proceder à transferência dos documentos produzidos por instituições regionais que se encontram na Torre do Tombo para o Arquivo Regional da Madeira” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017, p. 309). O objeto de repatriação refere-se a arquivos transferidos para o ANTT na segunda metade do século XIX, por força da extinção das ordens religiosas (Decreto de 1834-05-30) e das instituições do Antigo Regime

(Decreto de 1862-10-02 e Portaria do Ministério do Reino de 1886-06-09). As reivindicações das autoridades regionais foram sucessivamente negadas pelas entidades que tutelaram o ANTT. Alegava-se que tal transferência poderia, por um lado, provocar a “desorganização e, porventura, a destruição do Arquivo geral do país, que é a Torre do Tombo” (cit. apud Macedo, 2012, p. 97) e, por outro, o recurso “às tecnologias de digitalização e de microfilmagens dispensam, hoje, a transferência física de documentos” (cit. apud Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2005, p. 11).

Estamos perante um problema de restituição de bens arquivísticos e de acesso à informação em contexto intranacional. Desde à produção de instrumentos de pesquisa (IDD) até à microfilmagem e à digitalização, persiste a discussão quer sobre a repatriação física (Cox, 2017) quer sobre reunificação digital (Punzalan, 2013, 2014). Por um lado, os estudos sobre os IDD arquivísticos centraram-se nas políticas de descrição (Battley, 2013; Daines, Nimer, Daines III, & Nimer, 2011; MacNeil, 2012) e nos aspetos técnicos de interoperabilidade baseada em formatos abertos (Zhang, 2011, 2012). Por outro, alguns estudos têm incidido sobre a repatriação de arquivos no quadro da diplomacia cultural internacional (Auer, 1998; Georgiou, 2016; ICA/CIA, 2005; United Nations, 2015), mas são escassos os casos de restituição de bens culturais a nível intranacional (Fishman, 2010; Gattinger & Saint-Pierre, 2008). Até que ponto a repatriação por via digital é fungível com o retorno dos bens culturais à comunidade de origem?

O propósito deste texto consiste num estudo de caso sobre conjuntos documentais conventuais dispersos entre o Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) e o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM), partido da análise dos IDD e do seu percurso custodial.

Este estudo está estruturado da seguinte forma: efetuar-se-á uma contextualização em torno dos conceitos subjacentes aos arquivos expatriados e uma incursão sobre os conjuntos documentais madeirenses objeto de disputa com o ANTT. Efetua-se uma análise comparada dos IDD disponibilizados na *web*, cujos resultados serão discutidos à luz dos problemas de reconstituição em contexto de acesso aberto. Posteriormente, tecer-se-ão conclusões sobre as limitações e possibilidades do acesso aberto em torno de arquivos expatriados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Arquivos deslocados *versus* restituição: questões conceptuais

A terminologia construída em torno do conceito de disputa do património cultural gravita entre questões de acesso e de propriedade legal (Blake, 2000; Vecco, 2010).

O Conselho Internacional de Arquivos (ICA/CIA) define acesso (*access*) como “the availability of records/archives for consultation as a result both of legal authorization and the existence of finding aids” (ICA, 2012, p. 12). O acesso à informação nos arquivos é mediado através de IDD enquanto instrumentos de controlo patrimonial e de *accountability* (Ribeiro, 1998). A sua não existência constitui uma barreira no acesso à informação (Winn, 2015). Realce-se que o ponto 2 do *Código de Ética* do ICA/CIA estabelece que “[a]rchivists should cooperate in the repatriation of displaced archives” (ICA/CIA, 1996).

A custódia, nesta ordem de ideias, consiste numa responsabilidade legal pela guarda e proteção física da informação, “independentemente de vínculo de propriedade”, quer temporária quer definitiva (Arquivo Nacional, 2005). A interrupção da cadeia de custódia “pode pôr em causa a autenticidade e integridade dos documentos, logo, o seu valor probatório” (BNP, 2010).

Existe na terminografia inglesa uma variedade de termos, como *displaced archives*, *disputed archival claims*, *migrated archives*, *removed archives*, *expatriate archives* e *seized archives* (Lowry, 2017a; Winn, 2015), que constituem eufemismos para denominar situações de

expatriação (Lovering, 2017). O Quadro 1 exemplifica como estes termos foram traduzidos para português.

Quadro 1. Termos extraídos da terminografia arquivística de língua portuguesa

| Entrada terminológica | Definição | Fonte |
|---|--|----------------------------------|
| <i>arquivo deslocado</i> | <i>Conjunto de documentos indevidamente removidos do organismo responsável por sua custódia</i> | (Camargo & Bellotto, 1996) |
| <i>contencioso arquivístico</i> | <i>Litígio quanto à propriedade, à custódia legal e ao acesso a arquivos, decorrente, sobretudo, de mudanças de soberania, reorganização territorial, conflitos bélicos ou questionamentos quanto à jurisdição arquivística.</i> | (Brasil. Arquivo Nacional, 2005) |
| | <i>Conflito de jurisdição arquivística</i> | (Camargo & Bellotto, 1996) |
| | <i>Litígio sobre jurisdição arquivística e/ou direito de propriedade de arquivos</i> | (Alves et al., 1993) |
| <i>domicílio legal do documento</i> | <i>Jurisdição a que pertence cada documento, de acordo com a área territorial, a esfera de poder e o âmbito administrativo onde foi produzido e recebido.</i> | (Camargo & Bellotto, 1996) |
| <i>inalienabilidade</i> | <i>Conceito aplicável aos arquivos públicos, segundo o qual estes não podem ser objecto de actos de disposição por qualquer título a favor de terceiros.</i> | (Alves et al., 1993) |
| | <i>Atributo dos arquivos públicos que, derivado de sua relação com a soberania de um Estado, impede que sejam cedidos a terceiros.</i> | (Camargo & Bellotto, 1996) |
| | <i>Princípio pelo qual é impedida a alienação de arquivos públicos a terceiros</i> | (Brasil. Arquivo Nacional, 2005) |
| <i>reintegração</i> | <i>Ação judiciária para recondução de documento ao fundo ou arquivo a que pertence</i> | (Camargo & Bellotto, 1996) |
| | <i>Recondução de arquivos e/ou documentos ao fundo ou arquivo a que pertencem.</i> | (Brasil. Arquivo Nacional, 2005) |
| | <i>Inclusão de documentos de arquivo deslocados nas unidades arquivísticas de origem</i> | (BNP, 2010, bk. NP 4041:2005) |
| <i>reintegração legal</i> | <i>Entrega de unidades arquivísticas deslocadas ao serviço de arquivo que legalmente detém a sua custódia</i> | (BNP, 2010, bk. NP 4041:2005) |
| <i>restituição</i> | <i>Devolução de documentos e/ou arquivos da custódia física e legal de um arquivo para a entidade de origem ou uma sua sucessora</i> | (Alves et al., 1993) |
| <i>sucessão na propriedade do arquivo</i> | <i>Transmissão da propriedade legal de um arquivo que resulta de mudanças administrativas, de regime, ou mesmo da soberania territorial.</i> | (Alves et al., 1993) |
| | <i>Transferência de propriedade de um arquivo resultante de mudança de soberania ou de qualquer acto que implique a sua deslocação do sector público para o privado e vice-versa.</i> | (BNP, 2010, bk. NP 4041:2005) |

Fonte: conforme coluna correspondente.

Os conceitos associados aos *arquivos deslocados* estão vinculados a princípios arquivísticos, como *proveniência territorial*, que considera que *os arquivos devem ser mantidos sob a jurisdição arquivística do território onde foram produzidos* (BNP, 2010). Igualmente, a *pertinência territorial* implica com a entrega de documentos à *jurisdição arquivística do território a que respeita o seu conteúdo, independentemente da proveniência do arquivo* (BNP, 2010).

Em síntese, os conceitos atrás definidos estão no centro da polarização entre os paradigmas custodial e pós-custodial na arquivística (Soares, Pinto, & Silva, 2016). Este facto reside, essencialmente, sobre como a propriedade legal dos arquivos e o acesso à informação estão interrelacionados (Menne-Haritz, 2001) e sobre como o conceito de *memória coletiva* associado ao de *património arquivístico* flui entre os dois paradigmas (Bastian, 2002; Jacobsen, Punzalan, & Hedstrom, 2013).

Para este artigo, utilizaremos *arquivo expatriado* como conceito operatório para conjuntos informacionais arquivísticos que se encontram na custódia de um ou mais organismos, públicos ou privados, independentemente do âmbito jurisdicional, devido a conjunturas que não permitiram a sua manutenção íntegra junto da comunidade ou no território de origem e que são objeto de contestação para restituição.

Arquivos expatriados: estado da questão

Eric Ketelaar refere que “[a]rchives are always displaced, that is (...), removed from place A to place B” (2017, p. viii). Desde a Antiguidade até aos nossos dias, os arquivos foram alvo de diversas formas de apropriação (por vias lícitas ou ilícitas), em função dos contextos históricos (migrações, invasões, descolonizações, secessão de Estados) e usados por entidades custodiantes para os mais diversos fins (como tesouros, troféus de guerra ou informação de inteligência) (Lowry, 2017b). Em função dos sistemas jurídicos e regimes políticos, a restituição de arquivos está inextricavelmente associada à identidade cultural de uma comunidade e à proteção de direitos humanos (Mnjama, 2011; United Nations, 2015).

A repatriação de bens culturais tem recebido especial atenção no âmbito do direito internacional (Handler, 2015; Kuprecht, 2014; Liu, 2016; Scovazzi, 2014; Stamatoudi, 2011). Os arquivos têm sido igualmente objeto de proteção especial a nível internacional, especialmente em tratados e acordos bilaterais (Kecskeméti, 2017), como a *Convenção de Haia* de 1954, a *Convenção da UNESCO* (Unesco, 1970), a *Convenção de Viena* de 1983 (Auer, 2017; Kecskeméti, 2017; United Nations, 2005), a *Resolução* do Parlamento Europeu (Parlamento Europeu, 1991) e a *Declaração de Cantão de 1995* (ICA/CIA, 1995), suportado por estudos específicos (Auer, 1998; ICA/CIA, 2005; Leisinger, 1982). O padrão destes tratados internacionais assenta em princípios oriundos do direito consuetudinário internacional: (i) o Estado predecessor transfere ao Estado sucessor os arquivos necessários para o exercício da sua soberania e continuidade de negócio; (ii) os arquivos expatriados em contexto de descolonização devem ser devolvidos ao território onde foram originariamente produzidos e acumulados; (iii) os arquivos de território que foram expatriados em contextos de guerra devem ser devolvidos no fim das hostilidades ao território originário onde se deu o conflito; (iv) os arquivos em contexto de ocupação provisória por autoridades militares permanecem propriedade da força ocupante. Estes critérios sustentam-se em preceitos arquivísticos baseados no princípio da proveniência, como a soberania retroativa, proveniência territorial e pertinência funcional e na inalienabilidade (Cox, 2017; Kecskeméti, 2017). Há, contudo, problemas de operacionalização da restituição, sobretudo quando a transferência de arquivos para a metrópole se realizou no passado *ope legis* e não é reconhecida atualmente pela comunidade, num contexto pós-colonial e pós-nacionalista (Gilliland, 2017; Nilsson Stutz, 2013). Há, por exemplo, casos como as ex-colónias britânicas (Banton, 2012a, 2012b, 2012c; Hampshire, 2013; Phillips, 2016; Rawlings, 2015; Shaw, 2016) e as ex-colónias holandesas (Bastian, 2001; Karabinos, 2013, 2015); casos de sucesso e de insucesso de repatriação por França (Cox, 2011; Soufi, 2014); casos dos arquivos arrestados pela URSS durante a II Guerra Mundial (Grimsted, 2010, 2011, 2016); restituição às comunidades etno-religiosas, causados por invasões e guerras (Montgomery, 2013, 2015, 2017) ou, *in extremis*, violações de direitos humanos em África (Mnjama, 2011; Mnjama & Lowry, 2017), e a restituição intranacional dos “papeles de Salamanca” custodiados pelo Archivo General de la Guerra Civil Española à Catalunha, parcialmente realizada (Jefatura del Estado, 2005).

Entre as abordagens emergentes, há soluções conciliatórias, como a *herança conjunta* (Cox, 2017), a *reunificação virtual* (Punzalan, 2014) ou *repatriação digital* (Christen, 2011). Estas

propostas, contudo, são vistas como simplistas face ao contencioso arquivístico: um país fica com originais, o outro com cópias.

Ainda que o acesso aos arquivos em Portugal conta com produção científica relevante (Ribeiro, 1998; Silva, 2006), no que toca aos arquivos expatriados constituem um tema inexistente na produção científica lusófona. Regras para o cumprimento do princípio da pertinência territorial e da inalienabilidade são recentes no ordenamento jurídico português (Assembleia da República, 2001; Ministério da Cultura, 2004; Presidência do Conselho de Ministros, 1977, 2015), que derivaram de casos de perda de bens arquivísticos. Embora muitos dos casos se encontrem na imprensa diária, a Madeira constitui um tema que merece análise, não só pela longevidade do pedido de restituição mas também pelo nível de politização levantada em contexto de autonomia administrativa.

Em síntese, assiste-se a um esforço a nível internacional para assegurar a repatriação e a proteção de bens arquivísticos, apesar de não existir um modelo único para todas as situações. Há, contudo, limitações nos tratados e convenções internacionais na resolução de problemas de repatriação de bens culturais a nível intranacional (Fishman, 2010; Watkins, 2009).

METODOLOGIA

Este artigo, de base qualitativa e quantitativa, efetua uma análise em torno dos arquivos conventuais madeirenses no ANTT e no ABM, como estudo de caso (Flyvbjerg, 2006; Yin, 2013). Procura-se analisar questões subjacentes ao acesso aberto aos arquivos por meio dos IDD disponíveis na *web* pelo ANTT e ABM, na qualidade de dados abertos de investigação (Peset, Aleixandre-Benavent, Blasco-Gil, & Ferrer-Sapena, 2017). Embora o método quadripolar (Silva & Ribeiro, 2009, 2013), baseado no meta-paradigma do conhecimento (De Bruyne, Herman, & De Schoutheete, 1979), tenha sido amplamente utilizado em estudos científicos no domínio da Ciência da Informação, este método ignora a dimensão política e a dimensão ética e axiológica (Bufrem, 2013), porque estes dois polos assentam em relações de poder e em valores. Aproximamo-nos, assim, da perspetiva da fronese organizacional, uma vez que se sustenta no conhecimento prático das organizações e nas estratégias de resolução de tensões *with an emphasis on values and power* (Flyvbjerg, 2008, p. 370). Entre os instrumentos de exercício de poder estão os IDD. A produção de IDD arquivísticos constitui produtos do método arquivístico (Duranti & Michetti, 2017), dado que o processo de pesquisa científica integra funções como a descrição, a avaliação, a preservação e conservação e a difusão de informação, suportado por regras e convenções técnicas para a apoio à gestão e organização do conhecimento em arquivos (Tognoli, 2012). As entidades custodiantes de arquivos constroem IDD sobre os bens arquivísticos de que são detentores. Em caso de fundos repartidos por custódias distintas, a representação da informação em IDD, independentemente dos formatos de dados e convenções adotados por estas entidades, apenas contém informação respeitante aos bens de que estas entidades são detentoras. Posto isto, pretende-se responder as seguintes questões de investigação:

QI1: Como se processou a expatriação dos arquivos madeirenses para o ANTT?

QI2: De que forma os IDD do ANTT e ABM, enquanto dados abertos de investigação, possibilitariam a reunificação virtual como uma solução fungível à repatriação?

O método desta pesquisa impartirá necessariamente através da (i) análise documental que ateste o percurso custodial dos fundos madeirenses no ANTT e ABM, através da pesquisa bibliográfica e arquivística em portais e bases de dados em linha, como a *NESOS* (CEHA, 1995), os portais do ANTT (Direção-Geral de Arquivos, 2008) e do ABM (ABM, 2017); e (ii) análise de conteúdo dos IDD em linha na *web* do ANTT e do ABM através da comparação dos quadros de

classificação de um convento feminino extinto (*Convento de Nossa Senhora da Encarnação, CNSEF*) e recurso a ferramentas de visualização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percorso custodial dos fundos madeirenses reclamados ao ANTT

O arquipélago da Madeira, ao longo dos séculos, foi um território particularmente vulnerável no que respeita à salvaguarda do património cultural nas suas diversas expressões e formas de materialização. Casos como destruição ou fragmentação por dolo humano ou por força de fenómenos naturais constituem conjunturas que afetam a integridade dos arquivos. Entre os fatores mais impactantes merecem destaque os contextos de mudança de regime político-administrativo, de soberania ou de deliberações emanadas por organismos da administração central, com consequências diretas (e irreversíveis) quanto ao destino e propriedade dos bens culturais da comunidade insular.

Há precedentes no arquipélago da Madeira que ilustram casos de dispersão de bens documentais, a saber:

- a expulsão da Companhia de Jesus (Decreto de 1759-09-03) e o confisco dos seus bens, por determinação do Marquês de Pombal. Desconhece-se o destino dos bens bibliográficos e arquivísticos do Colégio de São João Evangelista do Funchal (Bettencourt Silva, 2014).
- a extinção das ordens religiosas por ação do Decreto de 1834-05-30 e pela Lei de 1861-04-04. Muitos dos bens das instituições monásticas foram concentrados na metrópole, o que conduziu ao esboroamento da proveniência de conjuntos documentais (Barata, 2003). O ANTT tornou-se o “principal receptáculo dos arquivos desalojados do seu *habitat* original” (Ribeiro, 1998, p. 501). Na Madeira, os bens das ordens religiosas foram recolhidos para a Repartição de Fazenda do Distrito do Funchal (Machado, 1935; cf. Martins & Garcia, 1996, p. 186). Além disto, a Portaria do Ministério do Reino de 1886-06-09, considerada como “portaria surda”, determinou a recolha de fundos dos conventos extintos, levando Roberto Augusto da Costa Campos a executar a sua transferência da Repartição da Fazenda do Distrito do Funchal e dos conventos extintos para Lisboa. O quadro seguinte constitui a lista dos fundos que foram transferidos para o ANTT na segunda metade do século XIX:

Quadro 2. Relação dos fundos madeirenses transferidos no século XIX sob custódia do ANTT

| Código de referência | Título | Datas extremas | Extensão | IDD em linha |
|-----------------------------|---|-----------------------|-----------------|---|
| PT/TT/CSCF | Convento de Santa Clara do Funchal | 1447-[1900?] | 144 u.i. | http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1379435 |
| PT/TT/CNSEF | Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal | 1660-1890 | 48 u.i. | http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375671 |
| PT/TT/CSFF | Convento de São Francisco do Funchal | 1732-1832 | 7 u.i. | http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1379962 |
| PT/TT/CSF | Cabido da Sé do Funchal | 1478-1861 | 78 u.i. | http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1379940 |
| PT/TT/CNSPSC | Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz | 1772-1776 | 1 u.i. | http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375743 |
| PT/TT/CSBCL | Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos | 1792-1825 | 4 u.i. | http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1379034 |
| PT/TT/CNSPRB | Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava | 1736-1809 | 3 u.i. | http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375741 |
| PT/TT/CSSC | Convento de São Sebastião da Calheta | 1674-1811 | 4 u.i. | http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1382433 |
| PT/TT/PJRFF | Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal | 1569-1834 | 1398 u.i. | http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4310201 |
| PT/TT/ALF | Alfândega do Funchal | 1620-1834 | 475 u.i. | http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3886618 |
| PT/TT/CFMPS | Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo | 1834-1851 | 16 u.i. | http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909719 |

Fonte: dados extraídos no portal do ANTT (Direcção-Geral de Arquivos, 2008).

A Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro, quantifica apenas 5 fundos (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). Na realidade, são 11 fundos (2178 unidades de instalação), dado que foram objeto de múltiplas reorganizações pelo ANTT (IAN/TT, 2002b, 2002c, 2002a).

O Decreto n.º 19952 de 1931-07-30 institucionalizou uma rede nacional de arquivos e bibliotecas públicas sob a tutela da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos (ISBA) (Ribeiro, 2008), de que fez parte o Arquivo Distrital do Funchal (ADF). Esta iniciativa visava ressarcir-se do projeto centralista das incorporações de bens arquivísticos para o ANTT, que teve consequências nefastas (Ribeiro, 1998). Júlio Dantas, diretor da ISBA, reconheceu que a *fase de centralização* era logisticamente impossível e que havia forte oposição das entidades locais devido ao *desenvolvimento do espírito regionalista* (Dantas, 1932, p. 8). João Cabral do Nascimento, diretor do ADF, solicitou o retorno dos arquivos madeirenses no ANTT. Em ofício datado de 1934-01-19, o diretor da ISBA respondeu ao ADF a dificuldade que se colocava na devolução dos fundos madeirenses incorporados no ANTT:

“Respectivamente ao alvitre, por V. Ex.^a apresentado, no sentido da possível incorporação, no Arquivo Distrital do Funchal, de muitos documentos antigos, de interesse para a história da Madeira, que se encontram no Arquivo Nacional, parece a esta Inspeção que se trata de assunto bastante delicado, porquanto o princípio da reintegração documental local determinaria, quando aceito pela Inspeção Geral e invocado por todos os Arquivos distritais,

a desorganização e, porventura, a destruição do Arquivo geral do país, que é a Torre do Tombo.” (cit. *apud* Macedo, 2012, p. xxviii).

Perante este facto, Cabral do Nascimento encetou medidas de *in loco* inventariar e difundir no boletim *Arquivo Histórico da Madeira* o património documental madeirense expatriado (Machado, 1935; S.N., 1939a, 1939b, 1939c, 1939d, 1939e). Contudo, no cumprimento legal das ações de salvaguarda do património arquivístico na jurisdição territorial acometido ao ADF, estabelecido em Decreto n.º 20690, de 1931-12-30, recuperou-se nos depósitos da Repartição de Finanças do Funchal a documentação conventual remanescente e imediatamente incorporados a 1937-03-10 (Id., *ibid.*), com a mediação da ISBA (cf. Macedo, 2012, n. 95). Tal situação levantou o problema de descrição de fundos repartidos entre o ANTT e o ADF, motivando os sucessivos diretores do ADF a reiterar o retorno dos arquivos à Madeira.

Após à Revolução dos Cravos (1974), ocorreram novas transferências da Madeira para Lisboa, os quais não têm sido, até ao momento, objeto de reivindicação pelas autoridades regionais da RAM.

Em síntese, respondendo à QII, verifica-se que os processos de transferência de bens arquivísticos da Madeira para Lisboa foram *ope legis* fruto de decisões políticas emanadas pela administração central, que visava construir um património arquivístico como expressão da identidade nacional.

Análise comparada dos IDD do ANTT e ABM: o caso do CNSEF

Um instrumento de pesquisa ou instrumento de descrição documental (IDD), de acordo com NP 4041:2005, consiste num *documento secundário elaborado para efeitos de controlo e/ou comunicação, que descreve as unidades arquivísticas* (BNP, 2010). As convenções para a descrição da informação arquivística – como as emanadas pelo ICA/CIA (2000, 2004, 2008a, 2008b), em complemento com orientações nacionais (DGARQ, 2011) – tem evoluído *pari passu* com as tecnologias de informação e comunicação disponíveis. A conversão destas normas em formatos abertos, como o EAD (Pitti, 1997; Zhang, 2011), visa representar uma estrutura hierarquizada de classes de base orgânico-funcional ou funcional como normalmente são apresentados os quadros de classificação.

Os IDD do ANTT e do ABM que descrevem os conventos madeirenses divergem em formato e em granularidade descritiva (cf. *infra* anexo 1). Importa analisar como os IDD do ANTT e ADF/ABM foram concebidos no caso específico do CNSEF:

- **ANTT.** No caso dos fundos conventuais madeirenses femininos, os primeiros IDD são coevos ao processo de transferência que data de 1886-11-04, respeitante ao Convento de Sta. Clara do Funchal (ANTT, 2008, f. 22v-25r) e de 1894-06-21, referente a CNSEF (ANTT, 2008, f. 20r-21r). Está estruturado como tabela contendo a quantidade de livros, designação e observações. A guia de remessa contém apostilas de recotação e de lacunas. Não se conhecem outros IDD do ANTT, anteriores aos publicados no *Arquivo Histórico da Madeira* (Machado, 1935; S.N., 1939c, 1939d). Somente em 2002, estes fundos foram objeto de reclassificação (IAN/TT, 2002b) e microfilmados com cópias distribuídas ao CEHA, aquando do projeto *NESOS* (CEHA, 1995). A digitalização decorreu aquando do arranque do *DigitalqTM* (Direcção-Geral de Arquivos, 2008) e os critérios de digitalização e de microfilmagem foram da responsabilidade da entidade detentora dos bens arquivísticos. Refira-se que as descrições

dos fundos conventuais madeirenses representados no portal derivam do inventário revisto sobre as ordens religiosas (IAN/TT, 2002b).

- **ADF/ABM.** No cumprimento das obrigações do ADF em indagar junto dos serviços públicos na Madeira, o ADF requereu ao diretor de finanças do distrito do Funchal em 1936-02-06 a existência de “papéis dos extintos mosteiros existentes nas inspecções e repartições de finanças” (Ministério da Instrução Pública, 1931, liv. 1258). Tal situação confirmou-se com a incorporação de 32 unidades de instalação (u. i.) lavrada a 1937-03-10 (Macedo, 2012, p. 68). Constavam os fundos conventuais extintos, entre os quais o CNSEF, com 35 u.i.. O único IDD que se conhece data da década de 1980 e disponibilizado em *.pdf* na página institucional (ABM, 2017).

Assim, o CNSEF possui 83 u.i. (ANTT, 2011; ARM, sem data), dos quais 58% estão no ANTT. Foram produzidos 7 rolos de microfilmes P/B que foram objeto de digitalização para a NESOS (CEHA, 1995) e disponibiliza a cores 5753 objetos digitais que corresponde a 98% do fundo digitalizado (ANTT, 2011). O ABM não disponibiliza quaisquer imagens do fundo na sua custódia. Enquanto o IDD do ANTT enquadra as u.i. por séries, o do ABM constitui uma lista de u.i.. Experimentámos reutilizar a denominação das séries do ANTT no fundo em estudo para categorizar as classes documentais do ABM e visualizar uma possível reconstituição (Figura 1):

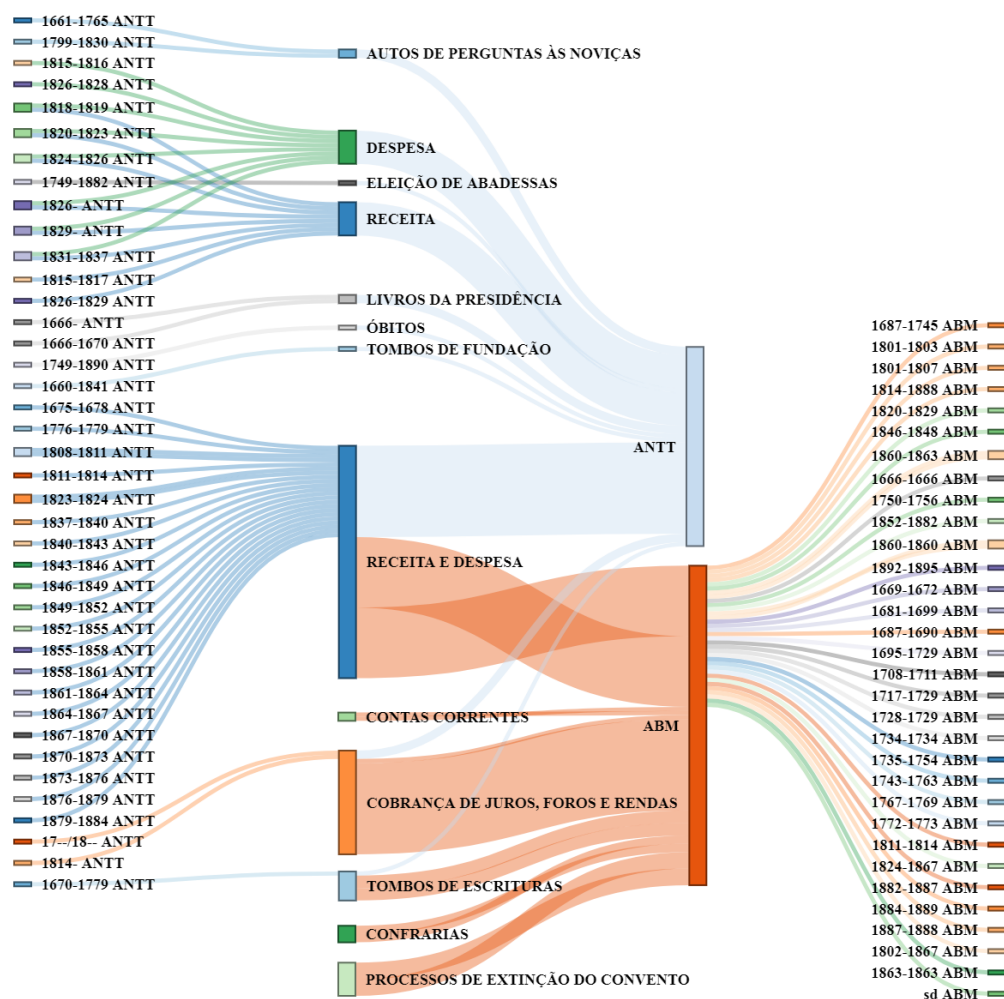


Figura 1 - Visualização Sankey de reconstituição hipotética do fundo CNSEF. Fonte: (Macedo, 2017).
 Nota: Nas extremidades do diagrama constam as u.i. e datas de produção, no centro as séries documentais na denominação atribuída pelo ANTT.

Verifica-se, de acordo com a Figura 1, que:

- as séries documentais “receita e despesa”, “cobrança de juros, foros e rendas” e “tombos de escrituras” contêm lacunas temporais, tanto no ANTT e como no ABM, que não derivam necessariamente de perdas mas por o mesmo fundo estar repartido em custódias distintas;
- há classes que somente constam no IDD do ABM, como “confrarias” (*u. g., Livro da Confraria dos Escravos de Nossa Senhora do Monte*), “processos de extinção do convento” e “contas correntes”, que levantam problemas de análise por a denominação das classes derivar de idiosincrasias do(s) autor(es) do inventário;
- enquanto no ANTT se verifica uma tendência uniformizadora na denominação das séries, assiste-se a um obscurecimento dos títulos originalmente atribuídos pelos produtores, por exemplo, os metadados do portal que devolvem dados como PT/TT/CNSEF/008/0001 *Livro de Receita e Despesa* de 1675/1678, não são complementados com o título original constante na u.i.. Esta evidência só foi possível atestar por o código estar digitalizado e acessível no portal;
- o ABM não disponibiliza objetos digitais deste fundo em linha e o IDD disponibilizado não cumpre com as convenções nacionais e internacionais de descrição arquivística. O ANTT, em contraponto, disponibiliza IDD e objetos digitais em linha dentro das regras e convenções de descrição arquivística, porém não fornece formatos abertos do IDD passível de reutilização na classificação dada por Berners-Lee (2009), designadamente em *.ead*.

Em síntese, como resposta à Q12, é possível verificar que os IDD analisados apresentam políticas descritivas distintas que dificultam a reunificação digital. Se a descrição arquivística deve evidenciar cientificamente a estrutura de um sistema de informação, as representações das classes arquivísticas têm sido configuradas em ambos os IDD numa perspetiva unidimensional, hierarquizada, estática, idiosincrásica, como um sistema fechado. A digitalização cinge-se a uma mera representação dos objetos digitais como imagens, com uma visualização fragmentada, dado que os substitutos digitais não conseguem representar na totalidade as características contidas nos suportes analógicos (Varnalis-Weigle, 2016).

Limitações deste estudo

Este estudo, de carácter exploratório sobre um fundo repartido por custódias distintas, conta com várias limitações, a saber:

- os IDD dos “arquivos dos arquivos” não se encontram disponíveis na sua globalidade nos portais institucionais na *web*, para identificação de séries respeitantes ao contencioso arquivístico de casos intranacionais.
- os IDD do ANTT e do ABM são apresentados como produtos não acabados, cujo processo de descrição não é claro no que respeita à identificação de relações com fundos existentes entre as entidades. Igualmente, as bases de dados em linha das entidades custodiantes não são estáveis e o conteúdo está em permanente atualização. Não foram analisados os microfílmes produzidos pelo ANTT em contraste com os objetos digitais disponibilizados na NESOS.

CONCLUSÕES

Os arquivos expatriados constituem um tema complexo que requer uma análise multidisciplinar no âmbito Ciência da Informação. Expusemos em linhas gerais como a literatura científica tem abordado a questão da repatriação dos arquivos, tanto a nível terminológico como a nível de estudos específicos. O acesso aberto à informação nos arquivos tem sido analisado *ad haustum*,

mas no que respeita aos arquivos expatriados o problema vacila entre a restituição física e a repatriação ou reunificação digital. Em nossa opinião, a questão dos arquivos expatriados a nível intranacional requer uma abordagem que aproxime as entidades custodiantes e a participação das comunidades reivindicantes para encontrar soluções que satisfaçam direitos fundamentais, como o acesso à informação e à memória. Considerar que a repatriação digital é fungível com a repatriação física, no presente caso, constitui um paradoxo, porque os dados e os sistemas de informação eletrónicos são geridos pelas entidades custodiantes, *i. e.*, os substitutos digitais e os interfaces tecnológicos continuarão a ser propriedade de quem os produziu. Em que medida o acesso *web* a bens arquivísticos expatriados numa entidade custodiante empodera a comunidade reivindicante?

Partindo das questões de investigação, foi possível, por um lado, verificar que o percurso custodial dos arquivos madeirenses no ANTT derivou de um processo de expatriação *ope legis*, onde o acesso à informação nos arquivos em regime de acesso aberto constitui um desafio que se coloca às instituições arquivísticas (Assembleia da República, 2016; Ministério da Justiça, 2015). Por outro, os IDD, como o caso analisado sobre CNSEF, levantam problemas de interoperabilidade semântica em sistemas de informação pretéritos (Ribeiro, 2006), por corresponderem a políticas de descrição distintas e que podem ser alteradas noutros contextos, por imperativos políticos, organizacionais ou tecnológicos.

Em suma, para concluir, a restituição física de arquivos em contexto intranacional depende uma mudança de perspetiva, sobretudo ética, dos arquivos nacionais, instituições que não podem ser, contudo, objeto de recriminação em discursos polarizantes e politizados.

REFERÊNCIAS

- ABM. (2017). Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. Obtido 6 de Julho de 2017, de <http://arquivo.abm.madeira.gov.pt/>
- Alves, I., Ramos, M. M. O., & Garcia, M. M. (1993). *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e Documentação.
- ANTT. (2008). PT/TT/ID/1/286 Conventos diversos: Instrumentos de Descrição, L 286: Funchal, Cabido da Sé e Conventos. Obtido 6 de Julho de 2017, de <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4202801>
- ANTT. (2011). PT/TT/CNSEF Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal. Obtido 6 de Julho de 2017, de <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375671>
- ARM. (sem data). Inventário dos Arquivos dos Conventos. Funchal: ABM.
- Arquivo Nacional. (2005). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Assembleia da República. Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, Diário da República n.º 209/2001, Série I-A de 2001-09-08 5808–5829 (2001). Obtido de <http://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html>
- Assembleia da República. Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, Diário da República n.º 160/2016, Série I de 2016-08-22 2777–2788 (2016). Obtido de <http://data.dre.pt/eli/lei/26/2016/08/22/p/dre/pt/html>
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. (2005). Voto de protesto. Em *Diário da Assembleia Legislativa, VIII Legislatura, II Sessão Legislativa (2005/2006), n.º 10 de 2005-11-16* (pp. 10–14). Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. Obtido de http://www.alram.pt/images/stories/diarios_das_sessoes/legislaturas.antigas/diario.ii.sessao.2005.06/Diario.n.10.16.11.2005.pdf
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro, Pub. L. No. 3/2017/M, de 12 de janeiro (2017). Portugal. Obtido de <http://data.dre.pt/eli/resolalram/3/2017/01/12/m/dre/pt/html>
- Auer, L. (1998). *Disputed archival claims: analysis of an international survey: a RAMP study* (UNESCO). Paris: Unesco. Obtido de <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001134/113472eo.pdf>
- Auer, L. (2017). Displaced Archives in the Wake of Wars. Em J. Lowry (Ed.), *Displaced archives* (pp. 114–129). London ; New York: Routledge.

- Banton, M. (2012a). Destroy? 'Migrate'? Conceal? British Strategies for the Disposal of Sensitive Records of Colonial Administrations at Independence. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 40(2), 321–335.
- Banton, M. (2012b). Lost and 'found': the concealment and release of the Foreign and Commonwealth Office 'migrated archives. *Comma*, 2012(1), 33–46.
- Banton, M. (2012c). «Lost» and «found»: the concealment and release of the Foreign and Commonwealth Office «migrated archives». *Government Recordkeeping in Sub-Saharan Africa*2, (June). <https://doi.org/10.3828/comma.2012.1.04>
- Barata, P. J. S. (2003). *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- Bastian, J. A. (2001). A question of custody: The colonial archives of the United States Virgin Islands. *The American Archivist*, 64(1), 96–114.
- Bastian, J. A. (2002). Taking custody, giving access: a postcustodial role for a new century. *Archivaria*, 53(1), 76–93.
- Battley, B. (2013). Finding aids in context: using Records Continuum and Diffusion of Innovations models to interpret descriptive choices. *Archives and Manuscripts*, 41(2), 129–145. <https://doi.org/10.1080/01576895.2013.793164>
- Berners-Lee, T. (2009). Linked Data - Design Issues. Obtido 14 de Julho de 2017, de <https://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html>
- Bettencourt Silva, S. (2014). *As bibliotecas religiosas da ilha da Madeira no Século XVIII*. Universidad de Alcalá. Obtido de <http://hdl.handle.net/10017/22536>
- Blake, J. (2000). On Defining the Cultural Heritage. *International and Comparative Law Quarterly*, 49(1), 61–85. <https://doi.org/10.1017/S002058930006396X>
- BNP. (2010). *Normas portuguesas de documentação e informação CT 7*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- Bufrem, L. S. (2013). Configurações da pesquisa em ciência da informação. *DataGramaZero, Rio de Janeiro*, 14(6).
- Camargo, A. M. de A., & Bellotto, H. L. (Eds.). (1996). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura.
- CEHA. (1995). NESOS: Base de Dados de História das Ilhas Atlânticas. Obtido 6 de Julho de 2017, de <http://nesos.madeira-edu.pt/>
- Christen, K. (2011). Opening Archives: Respectful Repatriation. *The American Archivist*, 74, 185–210. <https://doi.org/10.17723/aarc.74.1.4233nv6nv6428521>
- Cox, D. (2011). «Inalienable» archives: Korean royal archives as French property under international law. *International Journal of Cultural Property*, 18(4), 409–423. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1017/S0940739111000245>
- Cox, D. (2017). Revisiting the Law and Politics of Compromise. Em J. Lowry (Ed.), *Displaced Archives, Displaced History*. Abingdon; New York: Routledge.
- Daines, J. G., Nimer, C. L., Daines III, J. G., & Nimer, C. L. (2011). Re-Imagining Archival Display: Creating User-Friendly Finding Aids. *Journal of Archival Organization*, 9(1), 4–31. <https://doi.org/10.1080/15332748.2011.574019>
- Dantas, J. (1932). Criação e organização dos arquivos distritais. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, 10, 8. Obtido de <http://purl.pt/258>
- De Bruyne, P., Herman, J., & De Schoutheete, M. (1979). *Dynamique de la recherche en sciences sociales: les pôles de la pratique méthodologique*. Paris: Presses universitaires de France.
- DGARQ. (2011). *Orientações para a Descrição Arquivística 3.ª Versão*. Lisboa: DGARQ.
- Direcção-Geral de Arquivos. (2008). Portal de pesquisa do Arquivo Nacional da Torre do Tombo [base de dados]. Obtido 6 de Julho de 2017, de <http://digitarq.arquivos.pt/>
- Duranti, L., & Michetti, G. (2017). The archival method. Em A. Gilliland, S. McKemmish, & A. Lau (Eds.), *Research in the archival multiverse* (pp. 75–97). Clayton, Victoria: Monash University Publishing.
- Fishman, J. P. (2010). Locating the International Interest in Intranational Cultural Property Disputes. *Yale Journal of International Law*, 35(2), 347–404. Obtido de [https://www.ilsa.org/jessup/jessup17/Batch2/Locating the International Interest in Intranational Cultural Property Disputes.pdf](https://www.ilsa.org/jessup/jessup17/Batch2/Locating%20the%20International%20Interest%20in%20Intranational%20Cultural%20Property%20Disputes.pdf)
- Flyvbjerg, B. (2006). Five misunderstandings about case-study research. *Qualitative inquiry*, 12(2), 219–245.
- Flyvbjerg, B. (2008). Phronetic organizational research. Em *The Sage Dictionary of Qualitative Management Research* (pp. 153–155). SAGE Publications. Obtido de <http://ssrn.com/abstract=2278242>
- Gattinger, M., & Saint- Pierre, D. (2008). Can national cultural policy approaches be used for sub- national

- comparisons? An analysis of the Québec and Ontario experiences in Canada. *International Journal of Cultural Policy*, 14(3), 335–354. <https://doi.org/10.1080/10286630802281921>
- Georgiou, I. (2016). *The role of UNESCO in cases of return of cultural property to their countries of origin. The work of the UNESCO "Intergovernmental Committee for Promoting the Return of Cultural Property to its Countries of Origin or its Restitution in case of Illicit App.* International Hellenic University. Obtido de https://repository.ihu.edu.gr/xmlui/bitstream/handle/11544/12458/i.georgiou_ale_29-02-2016.pdf.pdf?sequence=1
- Gilliland, A. (2017). Networking Records in Their Diaspora: A Reconceptualization of «Displaced Records» in a Postnational World. Em J. Lowry (Ed.), *Displaced archives* (pp. 180–195). Abingdon; New York: Routledge.
- Grimsted, P. K. (2010). Why do captured archives go home? Restitution achievements under the Russian law. *International Journal of Cultural Property*, 17(2), 291–333. <https://doi.org/10.1017/S0940739110000123>
- Grimsted, P. K. (2011). Reconstructing the Record of Nazi Cultural Plunder: A Survey of the Dispersed Archives of the Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg (ERR). *IISH Research Paper*, 47, 1–532. Obtido de http://www.iisg.nl/publications/errsurvey/errsurvey_total-111019.pdf
- Grimsted, P. K. (2016). Displaced Pan-European Cultural Valuables on the Eastern Front : Seventy Years after the Second World War. *IISH Research Papers*, 53, 1–36. Obtido de <https://socialhistory.org/en/publications/displaced-pan-european-cultural-valuables-eastern-front>
- Hampshire, E. (2013). ‘Apply the Flame More Searingly’: The Destruction and Migration of the Archives of British Colonial Administration: A Southeast Asia Case Study. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 41(2), 334–352. <https://doi.org/10.1080/03086534.2013.799349>
- Handler, R. (2015). Cultural Heritage, Patrimony, and Repatriation. Em *Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences* (pp. 1–16). Hoboken, NJ, USA: John Wiley & Sons, Inc. <https://doi.org/10.1002/9781118900772.etrds0061>
- IAN/TT. (2002a). Alfândega do Funchal. Em M. do C. J. D. Farinha & A. Frazão (Eds.), *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: Instituições do Antigo Regime, Administração Periférica. Domínios. Casa Real e Anexas* (pp. 356–370). Lisboa: IAN/TT.
- IAN/TT. (2002b). *Ordens monástico-conventuais: inventário: Ordem de São Bento, Ordem do Carmo, Ordem dos Carmelitas Descalços, Ordem dos Frades Menores, Ordem da Conceição de Maria.* (J. Mattoso & M. do C. J. D. Farinha, Eds.). Lisboa: IAN/TT.
- IAN/TT. (2002c). Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal. Em M. do C. J. D. Farinha & A. Frazão (Eds.), *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: Instituições do Antigo Regime, Administração Periférica. Domínios. Casa Real e Anexas* (pp. 318–337). Lisboa: IAN/TT.
- ICA. Principles of Access to Archives (2012). Obtido de http://www.ica.org/sites/default/files/ICA_Access-principles_EN.pdf
- ICA/CIA. (1995). The View of the Archival Community on the Settling of Disputed Claims: Position Paper Adopted by the Executive Committee of the International Council on Archives, Guangzhou, China, 10–13 April 1995. ICA/CIA. Obtido de http://www.ica.org/sites/default/files/EB_1995_declaration-guangzhou-archival-claims_EN.pdf
- ICA/CIA. Code of Ethics (1996). Adopted by the General Assembly in its XIIIth session in Beijing (China) on 6 September 1996. Obtido de http://www.ica.org/sites/default/files/ICA_1996-09-06_code_of_ethics_EN.pdf
- ICA/CIA. (2000). *ISAD (G): general international standard archival description: adopted by the Committee on Descriptive Standards, Stockholm, Sweden, 19-22 September 1999.* Ottawa: International Council of Archives.
- ICA/CIA. (2004). *ISAAR (CPF): International standard archival authority record for corporate bodies, persons and families.* Paris: International Council on Archives.
- ICA/CIA. (2005). Reference Dossier on Archival Claims. Em H. Bastien (Ed.) (pp. 209–268). Proceedings of the twenty-ninth, thirtieth and thirty first International Conference of the Round Table on Archives. Special Issue JANUS. Dordrecht 1998.
- ICA/CIA. (2008a). *ISDF: International Standard for Describing Functions.* Paris: International Council on Archives.
- ICA/CIA. (2008b). *ISDIAH: International standard for describing institutions with archival holdings.* Paris: International Council on Archives.
- Jacobsen, T., Punzalan, R. L., & Hedstrom, M. L. (2013). Invoking «collective memory»: Mapping the emergence of a concept in archival science. *Archival Science*, 13(2–3), 217–251.
- Jefatura del Estado. Ley 21/2005, de 17 de noviembre, de restitución a la Generalidad de Cataluña de los documentos incautados con motivo de la Guerra Civil custodiados en el Archivo General de la Guerra

- Civil Española y de creación del Centro Documental de la Memoria Histórica (2005). España. Obtido de <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2005-18934>
- Karabinos, M. (2013). Displaced Archives, Displaced History: Recovering the Seized Archives of Indonesia. *Bijdragen tot de taal-, land- en volkenkunde / Journal of the Humanities and Social Sciences of Southeast Asia*, 169(2–3), 279–294. <https://doi.org/10.1163/22134379-12340027>
- Karabinos, M. (2015). The Djogdja Documenten: the Dutch-Indonesian relationship following independence through an archival lens. *Information & Culture*, 50(3), 372–391. <https://doi.org/10.7560/IC50304>
- Kecskeméti, C. (2017). Archives Seizures: The Evolution of International Law. Em J. Lowry (Ed.), *Displaced archives* (pp. 12–20). London ; New York: Routledge.
- Ketelaar, E. (2017). Foreword. Em J. Lowry (Ed.), *Displaced archives* (p. viii). London ; New York: Routledge.
- Kuprecht, K. (2014). *Indigenous Peoples' Cultural Property Claims: Repatriation and Beyond*. Indigenous Peoples' Cultural Property Claims. Lucerne: Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-01655-9>
- Leisinger, A. (1982). Disputed archival claims: a persistent and urgent problem. Em *ECARBICA 7 Seventh Biennial Conference and Seminar of the East and Central Africa Regional Branch of the International Council on Archives held in Harare on* (pp. 13–17).
- Liu, Z. (2016). *The case for repatriating China's cultural objects. The Case for Repatriating China's Cultural Objects*. <https://doi.org/10.1007/978-981-10-0597-8>
- Lovering, T. (2017). Expatriate Archives Revisited. Em J. Lowry (Ed.), *Displaced archives* (pp. 86–100). London ; New York: Routledge.
- Lowry, J. (2017a). *Displaced Archives*. (J. Lowry, Ed.). London ; New York: Routledge.
- Lowry, J. (2017b). Introduction: displaced archives. Em J. Lowry (Ed.), *Displaced archives* (pp. 1–10). London ; New York: Routledge.
- Macedo, L. S. A. (2012). *Coleção de correspondência oficial de João Cabral do Nascimento, Diretor do Arquivo Distrital do Funchal*. Funchal: edição de autor. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.4398.5521>
- Macedo, L. S. A. (2017). Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal: instrumentos de pesquisa. Harvard Dataverse. <https://doi.org/10.7910/DVN/RIZAYG>
- Machado, J. F. (1935). Alguns Documentos do Mosteiro de Santa Clara do Funchal. *Arquivo Histórico da Madeira*, 4, 171–172. Obtido de www.nesos.net
- MacNeil, H. (2012). What finding aids do: Archival description as rhetorical genre in traditional and web-based environments. *Archival Science*, 12(4), 485–500. <https://doi.org/10.1007/s10502-012-9175-4>
- Martins, M. M., & Garcia, L. de A. (1996). *Inventário do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional: 1796-1950* (Vol. 3). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. Obtido de <http://purl.pt/26232/1/index.html#/10-11/html>
- Menne-Haritz, A. (2001). Access — The reformulation of an archival paradigm. *Archival Science*, 1(1), 57–82. <https://doi.org/10.1007/BF02435639>
- Ministério da Cultura. Decreto-Lei n.º 47/2004, de 3 de março, Diário da República 1161–1162 (2004). Diário da República n.º 53/2004, Série I-A de 2004-03-03. Obtido de <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/47/2004/03/03/p/dre/pt/html>
- Ministério da Instrução Pública. Decreto 19952, de 27 de junho (1931). Portugal: Diário do Governo n.º 147/1931, Série I de 1931-06-27. Obtido de <https://dre.pt/application/file/530916>
- Ministério da Justiça. Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, Diário da República n.º 4/2015, Série I de 2015-01-07 50–87 (2015). Obtido de <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/4/2015/01/07/p/dre/pt/html>
- Mnjama, N. (2011). Migrated archives revisited. *ESARBICA Journal*, 30, 15.
- Mnjama, N., & Lowry, J. (2017). A Proposal for Action on African Archives in Europe. Em J. Lowry (Ed.), *Displaced archives* (pp. 101–113). London ; New York: Routledge.
- Montgomery, B. P. (2013). Rescue or return: the fate of the Iraqi Jewish archive. *International Journal of Cultural Property*, 20(2), 175–200. <https://doi.org/10.1017/S0940739113000040>
- Montgomery, B. P. (2015). The Rape of Kuwait's National Memory. *International Journal of Cultural Property*, 22(1), 61–84. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1017/S0940739115000053>
- Montgomery, B. P. (2017). Iraq and Kuwait: The Seizure and Destruction of Historical Patrimony. Em J. Lowry (Ed.), *Displaced archives* (pp. 158–179). London ; New York: Routledge.
- Nilsson Stutz, L. (2013). Claims to the Past. A Critical View of the Arguments Driving Repatriation of Cultural Heritage and Their Role in Contemporary Identity Politics. *Journal of Intervention and Statebuilding*, 7(2), 170–195. <https://doi.org/10.1080/17502977.2012.714243>
- Parlamento Europeu. RESOLUÇÃO sobre o direito dos povos à informação sobre a sua História e à restituição dos arquivos nacionais (1991). Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Obtido de <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=OJ:C:1991:048:FULL&from=PT>
- Peset, F., Aleixandre-Benavent, R., Blasco-Gil, Y., & Ferrer-Sapena, A. (2017). Datos abiertos de

- investigación. Camino recorrido y cuestiones pendientes. *Anales de Documentación*, 20(1), 1–12. <https://doi.org/10.6018/ANALESDOC.20.1.272101>
- Phillips, D. (2016). The ‘Migrated Archives’ and a Forgotten Corner of Empire: The British Borneo Territories. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 44(6), 1001–1019. <https://doi.org/10.1080/03086534.2016.1251557>
- Pitti, D. (1997). Encoded Archival Description: The Development of an Encoding Standard for Archival Finding Aids. *The American Archivist*, 60(3), 268–283. <https://doi.org/10.17723/aarc.60.3.f5102tt644q123lx>
- Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei n.º 429/77, de 15 de outubro, Diário da República n.º 239/1977, Série I de 1977-10-15 (1977). Diário da República. Obtido de <http://dre.pt>
- Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de agosto, Diário da República n.º 150/2015, Série I de 2015-08-04 5347–5361 (2015). Obtido de <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/148/2015/08/04/p/dre/pt/html>
- Punzalan, R. L. (2013). *Virtual Reunification: Bits and Pieces Gathered Together to Represent the Whole*. University of Michigan.
- Punzalan, R. L. (2014). Understanding virtual reunification. *The Library Quarterly*, 84(3), 294–323. <https://doi.org/10.1086/676489>
- Rawlings, G. (2015). Lost Files , Forgotten Papers and Colonial Disclosures : The «Migrated Archives» and the Pacific , 1963 – 2013. *The Journal of Pacific History*, 50(2), 189–212. <https://doi.org/10.1080/00223344.2015.1048585>
- Ribeiro, F. (1998). *O acesso à informação nos arquivos*. Porto: [Edição do Autor]. Obtido de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7058>
- Ribeiro, F. (2006). Os Instrumentos de acesso à informação das instituições monásticas beneditinas: uma abordagem crítica. Em *Estudos em homenagem a José Amadeu Coelho Dias*, v. 1 (pp. 307–320). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Ribeiro, F. (2008). *Para o estudo do paradigma patrimonista e custodial: a inspeção das bibliotecas e arquivos eo contributo de António Ferrão (1887-1965)*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- S.N. (1939a). A Madeira nos arquivos nacionais: Alfândega do Funchal. Parte 1 de 8. *Arquivo Histórico da Madeira*, 6, 129–132. Obtido de <http://nesos.madeira-edu.pt/>
- S.N. (1939b). A Madeira nos arquivos nacionais: Cabido da Sé Catedral. Parte 2 de 8. *Arquivo Histórico da Madeira*, 6, 129–132. Obtido de <http://nesos.madeira-edu.pt/>
- S.N. (1939c). A Madeira nos arquivos nacionais: Convento da Encarnação. Parte 3 de 8. *Arquivo Histórico da Madeira*, 6, 129–132. Obtido de <http://nesos.madeira-edu.pt/>
- S.N. (1939d). A Madeira nos arquivos nacionais: Convento de Santa Clara. Parte 4 de 8. *Arquivo Histórico da Madeira*, 6, 129–132. Obtido de <http://nesos.madeira-edu.pt/>
- S.N. (1939e). A Madeira nos arquivos nacionais: Livro da Repartição da Fazenda. Parte 6 de 8. *Arquivo Histórico da Madeira*, 6, 160–168. Obtido de <http://nesos.madeira-edu.pt/>
- Scovazzi, T. (2014). Repatriation and Restitution of Cultural Property: Relevant Rules of International Law. Em *Encyclopedia of Global Archaeology* (pp. 6318–6324). New York, NY: Springer New York. https://doi.org/10.1007/978-1-4419-0465-2_1503
- Shaw, A. N. (2016). British counterinsurgency in Brunei and Sarawak, 1962–1963: developing best practices in the shadow of Malaya. *Small Wars & Insurgencies*. <https://doi.org/10.1080/09592318.2016.1190052>
- Silva, A. (2006). Os arquivos e o acesso global à informação. *Forum*, 41, 219–257. Obtido de <http://hdl.handle.net/10216/38599>
- Silva, A., & Ribeiro, F. (2009). Perspectivar a avaliação como operação metodológica no âmbito da ciência da informação. Em *Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento: actas del congreso* (pp. 246–261).
- Silva, A., & Ribeiro, F. (2013). A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. *Páginas a&b*, (5), 57–113.
- Soares, A. P. A., Pinto, A. L., & Silva, A. (2016). O Paradigma Pós-Custodial Na Arquivística. *Páginas a&b*, 0(0), 22–39.
- Soufi, F. (2014). Les archives algériennes en 1962 : héritage et spoliation, (1), 211–237.
- Stamatoudi, I. (2011). *Cultural Property Law and Restitution*. Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9780857930309>
- Tognoli, N. B. (2012). Desafios da representação na arquivística contemporânea. Em *XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. GT 2: Organização e Representação do Conhecimento*.
- Unesco. (1970). *Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property Adopted by the General Conference at Its Sixteenth*

- Session, Paris, 14 November 1970.* Unesco.
- United Nations. Vienna Convention on Succession of States in respect of State Property, Archives and Debts, 1978-04-08, United Nations (2005). Obtido de http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/3_3_1983.pdf
- United Nations. (2015). *Rule-of-law tools for post-conflict States: archives*. New York and Geneva: United Nations. Obtido de http://www.ohchr.org/Documents/Publications/HR_PUB_14_4_Archives_en.pdf
- Varnalis-Weigle, A. S. (2016). A Comparative Study of User Experience between Physical Objects and Their Digital Surrogates. *Journal of Contemporary Archival Studies*, 3(3), 1–21. Obtido de <http://elischolar.library.yale.edu/jcas/vol3/iss1/3>
- Vecco, M. (2010). A definition of cultural heritage: From the tangible to the intangible. *Journal of Cultural Heritage*, 11(3), 321–324. <https://doi.org/10.1016/j.culher.2010.01.006>
- Watkins, J. (2009). Cultural Nationalists, Internationalists, and «Intra-nationalists»: Who's Right and Whose Right? *International Journal of Cultural Property*, 12(1), 78–94. <https://doi.org/doi.org/10.1017/S0940739105999992>
- Winn, S. R. (2015). Ethics of Access in Displaced Archives. *Provenance, Journal of the Society of Georgia Archivists*, 33(1), 5.
- Yin, R. K. (2013). *Case study research: Design and methods*. Thousand Oaks: Sage publications.
- Zhang, J. (2011). *System Evaluation of Archival Description and Access*. Universiteit van Amsterdam. Obtido de <https://www.illc.uva.nl/Research/Publications/Dissertations/DS-2011-04.text.pdf>
- Zhang, J. (2012). Archival Representation in the Digital Age. *Journal of Archival Organization*, 10(1), 45–68. <https://doi.org/10.1080/15332748.2012.677671>